



Recebido em 09/02/2018

Aceito em 18/07/2018

DAS ÁGUAS E DAS GENTES: ESCREVER A IDENTIDADE

ABOUT WATER AND PEOPLE: IDENTITY WRITING

DE LAS AGUAS Y DE LAS GENTES: ESCRIBIR LA IDENTIDAD

Ana Margarida Fonseca¹

RESUMO:

A produção ficcional de João Paulo Borges Coelho representa hoje um importante contributo para o repensar das questões identitárias no espaço moçambicano, através da recuperação da memória coletiva, quer pré quer pós-independência. No presente ensaio, proceder-se-á à análise de *Água. Uma novela rural* (2016), na qual o autor retoma a representação dos rios como uma metáfora central na construção da narrativa, observando os modos de construção de uma reflexão pertinente sobre a construção das identidades, numa relação complexa entre tradição e modernidade, campo e cidade, nativo e estrangeiro, novo e velho. A situação de seca extrema que se vive na aldeia agudiza os conflitos sociais latentes, e a novela desenvolve-se num diálogo pontuado pela perplexidade e pelas contradições, à semelhança da própria água que, avisa o narrador logo no início da novela, não é de fiar. Escassa no início, torrencial depois, a água pontua a vida das gentes e assinala a chegada de um tempo em que as fronteiras se esboroam e todas as mestiçagens se fazem necessárias.

PALAVRAS-CHAVE: João Paulo Borges Coelho, água, tradição, identidade, Moçambique.

ABSTRACT:

The fictional production of João Paulo Borges Coelho currently represents an important contribution to the rethinking of identity issues in the Mozambican space, through the recovery

¹ Centro de Estudos Comparatistas / Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa / Unidade para o Desenvolvimento do Interior.



*of collective memory, both pre- and post-independence. In *Água. Uma novela rural* - Water. A rural novel (2016), the author resumes the representation of rivers as a central metaphor in the construction of the narrative, presenting a pertinent reflection on the construction of identities, in a complex relationship between tradition and modernity, countryside and city, native and foreign, young and old. The situation of extreme drought in the village aggravates latent social conflicts, and the novel unfolds in a dialogue punctuated by perplexity and contradictions, similar to the water itself, which is not to be trusted, as the narrator warns, early in the novel. Scarce at first, then torrential, water punctuates the lives of the people and signals the arrival of a time when the borders are crumbling and blending becomes necessary.*

KEYWORDS: *João Paulo Borges Coelho, water, tradition, identity, Mozambique.*

RESUMEN:

*La ficción de João Paulo Borges Coelho representa hoy una importante contribución para el repensar de las cuestiones identitarias en el espacio mozambiqueño, a través de la recuperación de la memoria colectiva, sea pre o sea post independiente. En *Água. Uma novela rural* (2016), el autor retoma la representación de los ríos como metáfora central en la construcción de la narrativa, presentando una reflexión pertinente sobre la construcción de las identidades, en una relación compleja entre tradición y modernidad, campo y ciudad, nativo y extranjero, nuevo y viejo. La situación de sequía extrema que se vive en el pueblo agudiza los conflictos sociales latentes, y la novela se desarrolla en un diálogo puntuado por la perplejidad y las contradicciones, a semejanza de la propia agua que, advierte el narrador al principio de la novela, no es de fiar. Escasa al principio, torrencial después, el agua puntualiza la vida de las gentes y señala la llegada de un tiempo en que las fronteras se desvanecen y todos los mestizajes se hacen necesarios.*

PALABRAS-CLAVE: *João Paulo Borges Coelho, agua, tradición, identidad, Mozambique.*

Desde a publicação do primeiro romance em 2003, João Paulo Borges Coelho tem-se vindo a afirmar como uma das vozes mais originais no panorama das literaturas africanas escritas em português, trazendo para a escrita o olhar atento e rigoroso do historiador, mas também a sensibilidade e a argúcia do viajante. Eclético nas escolhas temáticas e plurifacetado em termos estilísticos, o escritor abre as suas narrativas a uma leitura crítica da contemporaneidade, ancorada na realidade moçambicana e na sua história recente, mas sem enjeitar uma perspetiva universal e cosmopolita.

O texto sobre o qual nos propomos refletir, *Água. Uma novela rural*, é a penúltima obra



publicada de João Paulo Borges Coelho, datada de 2016. O subtítulo escolhido pelo autor – “uma novela rural” – introduz desde logo uma caracterização genológica, aparentemente contrariada quer pela extensão da narrativa (372 páginas divididas por 133 capítulos) quer pelo elevado número de personagens e detalhe descritivo². Ao identificar esta narrativa como uma novela, Borges Coelho provoca no leitor uma expectativa de brevidade e leveza, reforçada através do processo de estruturação textual: por um lado, a reduzida extensão dos capítulos (2-3 páginas quase todos); por outro lado, o extenso recurso ao diálogo, sobretudo entre Ryo e Laama, os dois anciãos da aldeia. Assim, poder-se-á considerar que existe neste texto uma hibridização de género, pois, se é certo que a análise das categorias da narrativa mais facilmente apontaria para o romance, existe de facto um certo afunilamento espaço-temporal, assim como uma concentração das linhas temáticas.

Ainda no que diz respeito ao subtítulo escolhido pelo autor, é importante assinalar a anunciada ancoragem da ação no espaço rural, tendo em conta a plurissignificação de “água”. Deste modo, título e subtítulo indiciam um território crítico que estabelece uma continuidade relativamente a outras obras do autor (nomeadamente a importância da água e dos rios, assim como a opção pela novela³), mas ao mesmo tempo ajudam a definir o contexto em que o referente principal (a água) se desenvolverá.

A situação de seca extrema que se vive na aldeia agudiza os conflitos sociais latentes, trazendo para a linha da frente problemas, perplexidades e contradições. O conselho inicial do narrador – “nunca confiem na água” (COELHO, 2016, p.9) – dá o mote para um texto que intersecta tradição e modernidade, campo e cidade, nativo e estrangeiro, novo e velho. Escassa no início, torrencial depois, a água condiciona a vida das gentes e assinala a chegada de um tempo em que as fronteiras se esboroam e todas as mestiçagens se fazem necessárias. Trata-se, pois, como procuraremos explorar, de uma reflexão sobre a própria noção de identidade individual e coletiva, em estreita ligação com a leitura da natureza e com a ação humana sobre a mesma.

O rio como personagem

Em *Água. Uma novela rural*, o autor retoma a representação dos rios como uma metáfo-

² Carlos Reis, reconhecendo a fluidez semântica do conceito, define deste modo as características distintivas da novela: “a acção desenvolve-se normalmente em ritmo rápido, de forma concentrada e tendendo para um desenlace único (...); (...) o tempo representa-se quase sempre de forma linear, sem desvios nem anacronias, assim acompanhando a relativa simplicidade da acção; (...) o espaço surge, se não desqualificado, pelo menos desvanecido, em certa medida ofuscado por uma personagem que se caracteriza pela excepcionalidade, pela turbulência, pelo inusitado, etc” (REIS, 1991, p.295). Mais do que a extensão, que sendo normalmente menor do que a do romance admite exceções, a novela distingue-se, portanto, pela “concentração temática”, eventualmente reforçada por uma “estrutura repetitiva” (*ibidem*).

³ São também identificadas pelo autor como novelas as obras *Cidade dos Espelhos – uma novela futurista* (2011) e *Hinyambaan – uma novela burlesca* (2008).



ra central na construção da narrativa, tal como em outros textos, particularmente em *As Duas Sombras do Rio* (2003) e *Campo de Trânsito* (2007)⁴. Desta feita, o rio vai seco, agudizando as já precárias condições de vida dos aldeãos e provocando tensões e conflitos que, em última análise, são gerados pela necessidade de sobrevivência. Os “tempos verdes” deram lugar aos “tempos amarelos” (COELHO, 2016, p.26), e a água, que destrói por defeito, acaba no final da narrativa por destruir por excesso, numa enxurrada de dimensões bíblicas.

O rio tem sido visto ao longo da história da humanidade como um símbolo da passagem da vida, afetado por uma intrínseca ambivalência pois a água que fecunda e salva é também a água que destrói. Como afirmam Chevalier e Gheerbrant, o “simbolismo do rio e do fluir de suas águas é, ao mesmo tempo, o da possibilidade universal da fluidez das formas (...), o da fertilidade, da morte e da renovação. O curso das águas é a corrente da vida e da morte” (CHEVALIER E GHEERBRANT, 2009, p.780). O sentido simbólico do rio enquanto água em movimento encontra-se reiterado em distintos tempos e espaços, constituindo uma metáfora poderosa para descrever o curso da vida, quer em termos individuais quer, sobretudo, em termos coletivos.

Nas sociedades tradicionais, genericamente consideradas, o rio é um espaço físico em torno do qual se organiza a vida da aldeia, as suas práticas e os seus rituais, mas também um espaço simbólico, cristalizando diversos sentidos. A sua relevância no funcionamento das comunidades justifica que os rios muitas vezes tenham sido considerados como sagrados e mesmo divinizados, nas mais diversas culturas e desde tempos ancestrais, como realça Anthony Stevens:

The confluence of rivers into the sea symbolizes the union of the individual with the absolute (...), while the course of the river, from its origin in a spring, its development into brook, stream, and river, and its final discharge into the ocean, is an evocative symbol of human life and death. The river is also an obstacle to migration, something that has to be bridged or forded to reach the opposite bank. It is also a formidable territorial boundary, separating one tribe or community from another. This division permits shadow projection to occur, so that each community attributes evil designs to the other. (STEVENS, 1998, p.111)

A ambivalência do rio enquanto margem e fronteira encontra-se sugerida ao longo de toda a novela de Borges Coelho, ao marcar uma diferença profunda de tempos, tradições, modos de estar, culturas e identidades. Ryo perdeu a filha acabada de casar levada pelo rio; é nas canas do mesmo rio que Laama lembra o ano em que o pai morreu. A água do rio é o sustento de Maara, a lavadeira; também do pastor Praado ou mesmo, de forma muito distinta, do técnico hidrográfico Ervio. O rio que corre seco vem de terras estrangeiras, que dele sugam a água; também na cidade se gasta negligentemente um bem que ali é raro. Para todos a água é central, mesmo para

⁴ A importância do rio nestes dois romances foi alvo da nossa atenção em ensaio anterior (Fonseca, 2017, p. 89-194).



quem nela não pensa. O rio e a água assumem, assim, uma dimensão simbólica e metafórica, o que veremos ao longo deste ensaio, mas também e sobretudo uma *corporalidade* específica, como se pode observar logo na abertura do texto:

(...) a água tem o horror do vazio, o afã de esbater diferenças, o atávico asco à orografia que procura alisar com a sua substância informe. De nada nos vale mediar a hidra: onde andarà a cabeça da água, aquela que urde o perverso plano? Os longos braços que o implementam? Alguém viu a alma à água? (COELHO, 2016, p.9)

A imagem do rio ou da água como um *corpo* ocorre em outras passagens, como por exemplo: “um ralo e frágil cabelo de velho” (COELHO, 2016, p.17); “poeirento espinhaço do rio” (COELHO, 2016, p.163); “o rio é hoje um gesto interrompido, um esgar” (COELHO, 2016, p.183). Mais do que um espaço ou um *locus*, o rio erige-se em personagem dotada de vontades, impulsos, sentimentos. Não se trata tanto de uma antropomorfização, antes de um animismo que confere, por esta via, uma maior força e autodeterminação à água, que é imprevisível e caprichosa. Neste sentido, a metáfora da hidra, apresentada logo no início da obra e retomada com especial força na parte final, aquando das cheias, introduz um elemento mitológico de raiz ocidental, numa hibridização de culturas e tradições. Figura mitológica grega com corpo de dragão, dotada de uma infinita capacidade de regeneração, pois as cabeças cortadas voltavam a crescer, apenas Hércules a conseguiu vencer, num dos seus doze trabalhos. O recurso a esta figura aprofunda o sentido apocalíptico da destruição causada pela água, tanto pela sua falta, como na passagem anteriormente citada, como pelo seu excesso:

Nas suas costas, com um som rouco, a hidra atravessa facilmente a cerca, apaga a pequena fogueira deixada a meio, lambe as rodas dos camiões (...). Insatisfeita com a inundação do estaleiro, lambe também fora dele, ao longo das margens de um rio que vai ficando cheio e tenso, grosso, submergindo parte do canal. Só depois repara em Gaato (...). Parte imediatamente atrás dele. (COELHO, 2016, p.310)

O significado simbólico mais comum da hidra remete para um perigo multifacetado e de quase impossível resolução, que se reproduz incessantemente, tal como as cabeças da besta. O zoomorfismo empregado por Borges Coelho acentua, pois, a intensidade da ameaça que pende sobre a aldeia – a hidra tem vontade própria, escolhe os seus alvos, é insaciável e impiedosa. Por outro lado, reforça-se o estabelecimento de uma ponte com a cultura tradicional da África negra, no recurso a um sincretismo que recusa fronteiras estanques entre os fenómenos naturais e a vida das gentes. Natureza e humanidade ligam-se de forma estreita, sem a hierarquização própria do racionalismo ocidental, que subordina o natural e animal ao controlo hegemónico do ser humano.



Entre o natural e o humano – a escrita do lugar

Outros recursos narrativos contribuem para a apresentação de uma mundividência ancorada na ligação do humano ao seu meio natural, sendo um deles a estratégia de nomear a maioria das personagens com recurso a elementos naturais, mas com uma vogal acrescentada: Laama, Laago, Praado, Floor, Caana. No caso de Ryo, observa-se apenas a substituição da vogal i por y; por sua vez, o engenheiro estrangeiro adota o nome alemão para água - Waaser. Para uma parte significativa dos povos africanos, o ato de nomear assumia tradicionalmente uma grande importância, ao ligar a criança a uma linhagem, a uma comunidade, a uma tradição⁵. Borges Coelho admite que a sua opção torna a história mais abstrata, por não serem nomes específicos de nenhuma das regiões moçambicanas⁶, reforçando porém a ligação à natureza. A duplicação das vogais, por seu turno, inspira-se nos nomes somalis⁷, criando simultaneamente um efeito de *estranhamento*: o leitor reconhece o referente, mas não de modo automático.

A relação homem-natureza representa um dos fios condutores da novela, como o próprio autor reconhece:

é uma situação de conflito crónico, ou é cheia ou é seca, dá a impressão que nunca há um equilíbrio, não há um ano normal e às vezes até cheias e secas ao mesmo tempo em lugares, em províncias diferentes. Uma vez vem a ajuda, outras vezes não vem a ajuda, deslocam-se as pessoas. Isto dá a ideia de um desconforto permanente, um conflito permanente na relação com a natureza. (COELHO, 27.07.2016)

Se este desequilíbrio existe desde sempre, pois a fragilidade do ser humano perante a força da natureza é uma constante ao longo da História, novos problemas surgem quando a ação humana quebra os ténues equilíbrios dos ciclos e dos ritmos ancestrais. Mais expostos, os habitantes do espaço rural sofrem duplamente: com o agravamento das alterações climáticas e com a ausência de respostas por parte dos poderes instituídos. A água, como recurso natural indispensável, comanda a vida das comunidades rurais, condiciona todas as atividades e altera os comportamentos, frequentemente de forma dramática.

Em contexto pós-colonial, as questões ambientais ganham uma relevância específica, pois

5 Maria Manuela Lucas e Edmundo Balsemão Pires, ao estudarem o povo Maconde, sublinham que o ato de dar o nome retira a criança do “estado de natureza” em que nasceu, classificando-a como pessoa e atribuindo-lhe uma linhagem que a individualiza e a insere numa cultura sujeita a normas precisas: “[A] ligação entre nome próprio e singularidade psico-física [constitui] um dos níveis fundamentais da mútua agregação de natureza e cultura, já pelo facto de a pessoa depender socialmente – na sua emergência – de ser “chamada por um nome”, já porque o recém-nascido só se torna – progressivamente – pessoa por meio de actos de nomeação complexos e dependentes de atribuição do nome, fixados pela tradição. (LUCAS e PIRES, 1988, p.32-3)

6 De notar que tanto a nação como a aldeia permanecem inominados, o que reforça esta intenção de universalidade. Contudo, trata-se certamente de um espaço africano e em princípio moçambicano, pelos múltiplos indícios na descrição de paisagens e personagens.

7 Esta ligação é explicitada pelo autor em entrevista a António Rodrigues (27.07.2016).



é preciso ter em conta a precariedade dos sistemas de suporte e dos recursos disponíveis, assim como o passado de dominação e exploração. Por um lado, há que reconhecer que a intervenção no meio ambiente não começou com a chegada dos europeus a África, uma vez que, como bem aponta Richard Grove (1995, p.6), a transição ecológica rápida e extensiva foi frequentemente uma característica das paisagens e estados pré-coloniais, fosse como consequência do desenvolvimento da agricultura ou por outras razões sociológicas. Contudo, contrapõe Alfred Crosby, as práticas coloniais sobre o ambiente, como a introdução de novas espécies animais e vegetais, a desflorestação ou o alastrar de doenças, alterou para sempre a própria forma como a terra e a natureza eram encaradas: de parte integrante do ser humano, em estrita ligação com a identidade dos povos, passou a ser um meio de apropriação e de lucro.⁸ Deste modo, reforça-se a ideia de que não pode negligenciada a importância da colonização nesta complexa relação entre o natural e o humano:

European colonialism, together with its neo-colonial legacies has had an inglorious history. And although environmental degradation had occurred (and was occurring) in a number of pre-colonized areas, the *post*-inursion damage to people, animals and places on a world scale was unprecedented. (ASH-CROFTS, GRIFFITHS and TIFFIN, 2006, p.493)

Na novela de João Paulo Borges Coelho, é no discurso de Praado que se insinua a pressão ambiental provocada pelo colonizador e pelas práticas que se lhe seguiram. O pastor atribui ao europeu a culpa pela seca – “Nada disto acontecia se não fosse o branco!”⁹(COELHO, 2016, p.105)–, ressentido com as mudanças na paisagem e o abandono dos campos. Desejando, inutilmente, recuar no tempo “até à origem dos dias”, o pastor projeta um cenário idealizado, com “uma planície infinita cortada por dias gordos onde o gado pastasse devagar” (COELHO, 2016, p.105) – uma quimera que rasura a imprevisibilidade dos ciclos da natureza. Perante este discurso, os dois anciãos revelam a tensão que se manifesta em toda a narrativa: para Laama, “a doença da natureza não pode ser fruto das acções dos homens – mesmo se de homens como o Engenheiro Waasser -, uma vez que só pode ser fruto das acções dos deuses”; já Ryo tem opi-

⁸ Na obra de 1986 *Ecological Imperialism: The Biological Expansion of Europe, 900–1900*, Alfred Crosby introduz o conceito de “imperialismo ecológico”, desenvolvendo a ideia de que a vertente ecológica da colonização teve uma importância central no desenvolvimento das práticas de dominação e controlo por parte do Ocidente. Este estudo revelou um interesse crescente pela dimensão ambiental nos estudos pós-coloniais, prosseguido pelo campo da ecocrítica pós-colonial. Estando fora do âmbito da presente análise a consideração deste *corpus* teórico, deixamos ainda assim a observação de que se procura, por esta via, ligar os fenómenos da globalização e da pós-colonialidade às questões ambientais, reconhecendo a sua indissociabilidade. Por seu turno, G. Huggan and H. Tiffin publicam, em 2010, o volume *Postcolonial Ecocriticism: Literature, Animals, Environment*, oferecendo os autores uma primeira introdução às principais linhas de pensamento deste campo teórico, que continua ativo até ao presente.

⁹ Embora o referente direto da indignação de Praado seja o Engenheiro Wasser, julgamos ser possível estender a crítica aos “brancos” em geral, ou seja, tanto ao colonizador europeu, que destabilizou os modos de vida tradicionais, assentes na pastorícia e na agricultura de subsistência, como aos estrangeiros que se deslocam para África numa lógica aparente de cooperação e desenvolvimento, mas que procuram, acima de tudo, o lucro proveniente da exploração dos recursos naturais.



nião contrária, salientando a intervenção humana no ambiente: “Os homens bebem e regam, bebem também os animais; os técnicos enterram aqui os canos para levar a nossa água até à cidade. Algum dia ela teria de acabar!” (COELHO, 2006, p.105). A tensão entre conservação e mudança, presente nos diálogos de Ryo e Laama ao longo de toda a obra, indicia a importância de ultrapassar uma concepção estática das sociedades, problematizando o próprio conceito de tradição. Será, pois, este um vetor fundamental na narrativa, na recusa de dicotomias que encerram o mundo rural num passado fossilizado de práticas ancestrais.

Modernidade e tradição

Na obra de João Paulo Borges Coelho, como afirmámos anteriormente, existe a preocupação de ancorar a narrativa num contexto, mais do que moçambicano, africano, com um elenco de problemas ligados à fragilidade dos recursos naturais e à vivência dos povos em estreita ligação com a natureza, com a agricultura e a pastorícia a ocupar o lugar central na economia local. Por outro lado, os diálogos entre os anciãos Ryo e Laama, fundamentais na estruturação narrativa, evidenciam a importância da oralidade nas comunidades tradicionais, assentes na sabedoria e na experiência dos mais velhos.

Contudo, o escritor distancia-se, nesta como nas obras anteriores, de um entendimento da tradição como algo de imutável, ou como um valor a ser preservado por si mesmo, num impossível regresso a um estado de autenticidade que, de resto, nunca existiu. Tal é visível, desde logo, no facto de os dois velhos nunca concordarem entre si: “Volúvel até mais não, Ryo é a favor da deriva (concluída uma interpretação, apresta-se a abraçar uma outra). Isso exaspera Laama, mais consistente na obsessão de desnudar os fumos primordiais” (COELHO, 2016, p.17). A dialética assim criada põe em evidência a construção do conhecimento através do confronto dos opostos, mas também mostra, como assinala Borges Coelho, que:

a tradição não é coesa, é um debate também, é uma discussão interna – eles representam a tradição por oposição aos instrumentos da cidade e discutem muito entre si. Não menos importante, continua o escritor, procurou-se mostrar que além de serem a consciência da aldeia, os limites dessa consciência, porque eles nunca chegam a conclusões precisas, nunca resolvem problema nenhum, eles reflectem, esforçam-se, caminham, mas não resolvem nada. (COELHO, 27.10.2016)

Deste modo, o valor da tradição não é reificado acriticamente, mas antes inserido num contexto em que é necessário equilibrar o legado da tradição com os fluxos exteriores que modificam permanentemente culturas e sociedades. Tradição e modernidade não podem ser encarados como pares dicotómicos, com os correspondentes binómios África e Ocidente, rural e urbano, oralidade e escrita, línguas africanas e línguas europeias pois, como afirma Patrick



Chabal, “toda a cultura é uma constante fusão transformativa do tradicional e do moderno. Deste modo, modernidade não é o inverso da tradição, mas antes tradição tal como se mudou e modernizou” (CHABAL, 1994, p. 23). As culturas encontram-se em permanente transformação e são essas mudanças, complexas e por vezes contraditórias, que deverão ser refletidas, não sendo viável a recuperação de uma pureza pré-colonial onde se radicaria a autenticidade dos povos africanos. Na novela em análise, a modernidade – ou o que geralmente associamos a tal – está fortemente presente em múltiplos aspetos, de entre os quais destacaremos dois, ambos fundamentais no desenvolvimento da intriga: por um lado, o uso de telemóveis e, por outro, a ação do engenheiro alemão Wasser.

Em relação ao telemóvel – o “telefone celular” –, a sua existência e uso quase generalizado nos meios rurais africanos constitui uma evidência, sendo quase inevitável apontar a incongruência do recurso a este meio tecnológico em aldeias onde muitas vezes não existem estradas asfaltadas, água canalizada, esgotos ou sequer eletricidade. Porém, é também forçoso reconhecer que, num território de povoamento muito disperso e raros meios de transporte, o telemóvel resolve problemas, atenua o isolamento, cria linhas de comunicação onde elas não existiam. Na narrativa, o namoro de Ervio, técnico de meteorologia numa estação urbana, com a jovem Maara faz-se precisamente graças ao telemóvel a que recorrem frequentemente, mas também é devido a ele que surgem equívocos e desconfianças. As abundantes onomatopéias, que procuram reproduzir os sons do equipamento, introduzem um elemento perturbador no discurso e criam uma espécie de diálogo entre as personagens e os ruídos tecnológicos, como se assim também o aparelho se integrasse na lógica animista da cultura africana.

O desenvolvimento da comunicação oral através do recurso a tecnologias remete-nos para o conceito de oralidade secundária, introduzido por Walter J. Ong para descrever uma oralidade mediada pelos recursos tecnológicos (telefone, televisão, computador), e que depende da escrita e da imprensa para existir (ONG, 1982, p.10). A oralidade secundária reatualiza muitas das características das sociedades orais tradicionais, como o sentimento de pertença a um grupo ou comunidade, a concentração no presente ou o emprego de fórmulas (ONG, 1982, p.133-134). É através do uso do telemóvel que o letrado Ervio mantém a ligação não só a Maara, como de uma forma mais geral à aldeia de onde provém; contudo, é uma ligação tão frágil quanto aquela que mantém com a sua cultura de origem. Em contrapartida, os extensos diálogos de Ryo e Laama são ainda modos de afirmação da oralidade primária, assente na sabedoria dos mais velhos, a que se junta a personagem de Caana, mãe de Maara. O desabafo dos anciãos põe em relevo os riscos de rasurar o conhecimento que nasce da experiência acumulada ao longo de gerações: “Pior que não saber ler letras escritas é não saber ler as letras da vida!” (COELHO, 2006, p.53). Na verdade, o mundo moderno, com todas as suas inovações tecnológicas, tem grandes limitações, e é importante realçar o sentimento de impotência de Ervio, incapaz de travar a cheia ou, pelo menos, de avisar a namorada da desgraça iminente. Assim, quem primeiro presente a



desgraça são os cães e as vacas, “apesar dos postos udométricos, dos computadores munidos de *Google Earth*, das rosas dos ventos, das plotters, das impressoras, dos satélites, das fotografias aéreas, das cartas de precipitação, do *el niño*, da *la niña*, das conferências internacionais, ...” (COELHO, 2006, p.350). A fragilidade do ser humano face às catástrofes naturais é transversal quer às sociedades ditas civilizadas quer às sociedades ditas primitivas, o que vem reforçar a ideia, anteriormente transmitida, de que não existe de facto um binómio, uma contradição tradicional/moderno. Todos estão desamparados nestes tempos de desequilíbrio ambiental.

Quanto ao engenheiro Waasser, contratado para construir pontes, barragens e aquedutos, entretanto tornados supérfluos, é um corpo estranho na aldeia. A racionalidade ocidental lida mal com a imprevisibilidade das águas, dos seus cursos ou das suas ausências: assim, para o alemão, “o mundo será perfeito quando os caminhos dos rios foram todos rectos como as fronteiras de África” (COELHO, 2006, p.49). O desejo de ordem e de contenção será perturbado, porém, pelas circunstâncias, não só as que envolvem a necessidade de fazer chegar água às populações, como sobretudo a tentativa frustrada de seduzir Maara. Waaser está, também ele, em estado de desequilíbrio, distante de si mesmo e da modernidade prática e calculista que deveria representar.

O questionamento da tradição surge, assim, em *Água. Uma novela rural* não como uma “mensagem” (o autor rejeita a ideia de uma “literatura de mensagens”) (COELHO, 27.07.2016), mas como algo que é inerente à leitura da vida das comunidades rurais. Para Borges Coelho, importa pensar o presente recusando aquilo a que chama o “excesso de história” (COELHO, 2010), que funciona como um alibi para os problemas da pós-colonialidade. A tradição, por si só, não é uma solução, como também não é a modernidade que chega sob a versão de uma ajuda externa superficial. Afirma o escritor:

O que é a tradição? Há uma grande mistificação desta categoria, com as crises de identidade, tendem a ir buscar a tradição como um valor absoluto e imutável, como a resposta para todos os problemas, a tradição identificada com a sabedoria dos antigos. O que de facto acontece é que as sociedades estão em ruptura – os antigos são um empecilho, não são fonte de sabedoria e a tradição não dá resposta a problemas desta magnitude. Antes havia artifícios para lidar com a natureza, saber onde pescar, saber onde procurar água. Hoje, dá a impressão que os humores da natureza são demasiado fortes para a tradição conseguir responder. Então, é um pouco também este choque da modernidade com a tradição, não só a sua ineficácia, também o facto de não ser uma coisa coesa e paralisada no tempo, mas ser transformação e contradição interna. (COELHO, 27.07.2016)

A novela encena, assim, diferentes dialéticas, instaurando um espaço fronteiro – como é próprio dos rios – onde convergem distintos modos de estar e pensar, sem que nenhum se arrogue como resposta cabal para os desequilíbrios na natureza e para a precaridade das vidas das gentes.



Notas conclusivas

Concluimos, assim, com a ideia de que nesta novela rural a identidade se escreve, uma vez mais, a várias mãos, assumindo a contradição e a mudança necessárias à vida quer dos sujeitos quer dos indivíduos. E que maior contradição do que aquela que é encenada no nascimento das águas do ventre de Heera? Desta mulher subjugada e pobre, sem letras nem beleza, nasce um caudal repentino que, mais uma vez, vai ser vida e morte, submergindo a aldeia e provocando a “amputação” prevista pelos velhos. O maravilhoso imiscui-se na leitura do real¹⁰ (observem-se as borboletas brancas, prenunciadoras da catástrofe) (COELHO, 2006, p.312-314) e abala as certezas anteriores, tanto as dos que defendiam um passado de equilíbrios inexistentes, como as daqueles que julgavam ver na técnica o remédio para todos os males. Assim, múltiplas e divididas, as personagens desta obra são postas perante realidades extremas, perante as quais as grelhas de interpretação habituais – quer as da tradição quer as da modernidade – não oferecem respostas satisfatórias. Cada uma procura no seu mapa de referências um caminho possível, mas no fim o que resta é a necessidade de sobrevivência, com os helicópteros a sobrevoar a vastidão inundada e o desejo de preservar a vida, seja em que condições for. Por isso, a última frase da narrativa é simultaneamente o encerramento da história (o fio quebrou-se, Maara está desaparecida) e a abertura ao futuro: “E os outros não se surpreendem: é Ervio criando histórias onde as histórias terminaram” (COELHO, 2006, p. 372).

REFERÊNCIAS:

ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen. Introduction to Part Eighteen. *Environment. The Post-Colonial Studies Reader*. New York: Routledge, 2006.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números**. Rio de Janeiro: José Olympio, 11^a ed., 2009.

10 Sobre o maravilhoso na literatura moçambicana – e não só -, é de toda a pertinência evocar as palavras de Mia Couto acerca da presença, nestes espaços, de elementos dissonantes face ao que é geralmente considerado o *real objetivo*: “O que está presente naquele mundo que é Moçambique são outras maneiras de ver o mundo e são sistemas de pensamento muito diferentes. [...] não se trata só de problemas linguísticos mas de modos diferentes de pensar o mundo, é uma racionalidade diferente que existe em Moçambique e na maioria dos países africanos que pede uma outra língua, que nós não temos e por isso temos de fazer ocorrer na nossa língua portuguesa zonas de fractura onde surja uma luz que possa reaparecer.” (COUTO, 2000). À semelhança de Couto, embora de forma mais discreta, sobretudo no que se refere ao uso da língua, também Borges Coelho desafia os pressupostos ocidentais que recusam a interferência do sobrenatural e do mágico na vida quotidiana. Assim, e sem entrarmos na discussão dos conceitos, trata-se de reconhecer que, nos modelos de mundos que os escritores em causa transmitem, não faz sentido uma separação irredutível entre o *real racional* e o mágico ou o maravilhoso – ambas as dimensões fundem-se na leitura de um presente culturalmente miscigenado.



CHABAL, Patrick. **Vozes Moçambicanas. Literatura e Nacionalidade**. Lisboa: Vega, 1994.

COELHO, João Paulo Borges. Entrevista a João Paulo Borges Coelho por Carmen Tindó Secco, 17.09.2010. Disponível em: <http://www.buala.org/pt/cara-a-cara/entrevista-a-joao-paulo-borges-coelho>. Acesso em 10 maio 2017.

COELHO, João Paulo Borges. **Água. Uma novela rural**. Lisboa: Caminho, 2016.

COELHO, João Paulo Borges. Entrevista a João Paulo Borges Coelho por António Rodrigues, 27.07.2016. Disponível em <http://www.redeangola.info/especiais/as-sociedades-estao-em-ruptura-e-a-tradicao-nao-da-resposta-a-problemas-desta-magnitude/>. Acesso em 10 maio 2017.

COUTO, Mia. (2000) Contador de ‘estórias abensonhadas’. Entrevista de Catarina Oliveira. **O Lusitano**, 10.06.2000.

CROSBY, Alfred W. **Ecological Imperialism: the biological expansion of Europe, 900-1900**. New York: Cambridge University Press, 1986.

FONSECA, Ana Margarida. Líquidas fronteiras: representações dos rios em *As Duas Sombras do Rio e Campo de Trânsito*. In Sheila Khan, Sandra Sousa et ali(org.) **Visitas a João Paulo Borges Coelho. Leituras, diálogos e futuros**. Lisboa: Colibri, 2017.

GROVE, Richard Green. **Imperialism: Colonial Expansion, Tropical Island Edens and the Origins of Environmentalism, 1600-1860**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

HUGGAN, Graham; TIFFIN, Helen. **Postcolonial Ecocriticism: Literature, Animals, Environment**. London and New York: Routledge, 2010.

LUCAS, Maria Manuela e PIRES, Edmundo Balsemão. Acesso Histórico-Antropológico à Cultura Maconde. **Moçambique. Cultura e História de um País. Actas da V Semana de Cultura Africana**. Coimbra: Instituto de Estudos Africanos, pp. 31-87, 1998.

ONG, Walter J. **Orality and Literacy: The Technologizing of the Word**. Ney York: Routledge, 1982.

REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina. **Dicionário de Narratologia**. Coimbra: Almedina, 1991.

STEVENS, Anthony. **Ariadne’s Clue: a guide to the symbols of human kind**. Princeton/New Jersey: Princeton University Press, 1998.

